

## Os efeitos da sofisticação política no sistema de crenças democrático

Mario Fuks  
Gabriel Casalecchi  
Ludmila Ribeiro

### Resumo

O objetivo deste estudo é contribuir para a compreensão do fenômeno da adesão à democracia, utilizando como variável explicativa a sofisticação política e como contexto de pesquisa a democracia brasileira. Seguindo a teoria sobre o sistema de crenças de massas de Converse, nossa hipótese é que a sofisticação política explica a consistência das atitudes democráticas dos indivíduos, sendo que quanto mais sofisticado é o indivíduo, mais estruturadas são as suas atitudes políticas. Como contraponto empírico, serão utilizados os dados do *Latin American Opinion Project* (LAPOP), referentes ao ano de 2006, quando uma série de perguntas relacionadas aos dois fenômenos em questão foi incorporada nesse *survey*. As conclusões apontam para a importância de se testar teorias consolidadas para a explicação do fenômeno político em novas democracias, uma vez que os resultados contribuem para a sua confirmação e, em parte, para a sua reelaboração.

### Adesão à democracia: uma visão multidimensional

Desde a década de 1960, com os trabalhos pioneiros de Almond e Verba (1965) e David Easton (1965), a cultura política é considerada como um componente importante na explicação não apenas da estabilidade como também da qualidade dos regimes democráticos. Em relação às atitudes que compõem a cultura política, existe um forte consenso sobre a importância da adesão à democracia, entendida aqui como o apoio às normas, valores e princípios inerentes ao regime democrático (Norris, 1999; Moisés, 2005).

Autores como Norris (1999) e Dalton (2004) destacam que a adesão democrática pode ser a variável chave para explicar porque, apesar do declínio da confiança nas instituições (Klingemann, 1999), a democracia não está em risco. Esta abordagem pressupõe que desconfiar das instituições democráticas não é um problema – e pode até mesmo ser benéfico (Inglehart, 1999) – desde que isso não afete a escolha da democracia como melhor

forma de governo. Ao abordar o tema da consolidação da democracia e a importância da adesão a esse regime político, Linz e Stepan (2001, p. 95) afirmam que:

Attitudinally, a democratic regime is consolidated when a strong majority of public opinion, even in the midst of major economic problems and deep dissatisfaction with incumbents, holds the belief that democratic procedures and institutions are the most appropriate way to govern collective life, and when support for antisystem alternatives is quite small or more or less isolated from democratic forces.

Diante dessas considerações teóricas, diversos estudos empíricos têm sido realizados para investigar os níveis de adesão à democracia e tentar explicar as suas causas e consequências. Grande parte dessas análises se utiliza de surveys de opinião política, dadas as facilidades que tal fonte de informação representa do ponto de vista do emprego de técnicas estatísticas e, por conseguinte, de investigação de causas e efeitos.

No Brasil, essa é uma importante agenda de pesquisa desde o final da década de 1980, já que, com o processo de redemocratização pela qual passou o país, tornou-se importante “medir” o quanto os brasileiros eram (ou não) adeptos do novo regime.

A maior parte dos pesquisadores utilizaram a chamada “*Hipótese de Churchill*”, que ao destacar a possibilidade de competição entre os regimes políticos, conseguiria desvelar as preferências dos cidadãos.<sup>1</sup> Os democratas são aqueles que, mesmo diante de todas as falhas que a democracia possa ter, acreditam que ela é a melhor opção – ou, ao menos, a “menos pior” – dentre as existentes (Rose, 1998).

Tendo como referência essa fórmula, os estudos nacionais foram capazes de demonstrar que, mesmo com todas as suas limitações e contradições, a grande maioria dos brasileiros concorda que o regime democrático é preferível a qualquer outra forma de governo (Moisés, 1995, 2008; Moisés & Carneiro, 2008; Meneguello, 2006, 2009). Haveria, assim, um bom “reservatório de apoio político” para sustentar a democracia.

Alguns estudos mais recentes, no entanto, têm problematizado essa abordagem. Uma primeira crítica, de caráter mais metodológico, refere-se ao problema de usar a palavra “democracia” em uma pergunta de pesquisa, uma vez que ela pode expressar uma ideia “socialmente desejável” que, possivelmente, pode constranger o entrevistado a responder de forma positiva (Seligson, Booth & Gomez, 2006). Outras apreciações são de fundo teórico,

---

<sup>1</sup> A hipótese de Churchill é construída a partir da seguinte pergunta: “*para você, a democracia é preferível a qualquer forma de governo; em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível à democracia; para você, tanto faz um regime democrático ou um regime não democrático?*”.

posto que ao reduzir a adesão a uma única resposta referente à preferência pelo “regime”, perde-se de vista a complexidade da própria ideia de democracia.

Ao estudar os regimes democráticos na América Latina, Booth e Seligson (2009) defendem que mais importante do que a adesão à “democracia” é a adesão aos “princípios” a ela subjacente, como, por exemplo, a participação e a tolerância. Embora não tenham desenvolvido esse argumento, o *insight* dos autores abre caminho para uma rica interpretação do fenômeno, visto não mais como uma única atitude, mas como um conjunto dessas, que podem estar ligadas a diferentes princípios democráticos. Seguindo este raciocínio, Carlin e Singer (2011) escrutinam a legitimidade do regime democrático na América Latina a partir do conceito de “poliarquia”, de Robert Dahl e concluem que diferentes “dimensões” democráticas, como a inclusão e a contestação, são, em termos de atitudes políticas, determinadas por diferentes fatores e de intensidade distintas.

A partir dessa literatura mais recente, a proposta do nosso artigo é tratar a adesão à democracia não como uma única e simples atitude, mas como um “sistema de crenças”, composto por vários valores e princípios que podem estar mais ou menos interligados entre si. Isto é: mais importante do que identificar se os brasileiros são democratas, é entender como cada uma das peças desse sistema estão conectadas e estruturadas.

### **As múltiplas dimensões da democracia**

Nesse contexto, a ideia de princípios subjacentes à democracia se torna uma pedra angular deste quebra-cabeças. Um primeiro aspecto, segundo uma definição minimalista, é a existência de eleições competitivas para a escolha dos cargos de liderança. Ou seja, qualquer regime que não satisfaça essa condição, não pode ser classificado como uma democracia (Schumpeter, 1976). Transportado para o terreno das atitudes políticas, isso significa que um indivíduo que aceite outros meios que não as eleições livres e competitivas para o exercício do governo político, fere uma de suas dimensões mais elementares, que chamaremos aqui de “*adesão aos procedimentos de escolha*”.

A atitude em relação ao voto também pode representar um valor atribuído a esse direito. Ou seja, quanto mais um indivíduo valoriza o seu voto como um instrumento de participação política, maior será a sua adesão à democracia no que se refere a esse direito característico dos sistemas democráticos (Meneguello, 2010). Esse enfoque é ainda mais apropriado para o caso brasileiro, pois voto obrigatório dificulta a mensuração do seu valor os indivíduos. Chamaremos essa dimensão de “*valorização do voto*”.

Na famosa formulação de Dahl (1971) sobre o conceito de “poliarquia” encontramos outros critérios importantes que nos ajudam a definir as dimensões de um regime democrático. Além das eleições livres e idôneas, o autor lista: a liberdade de organização, liberdade de expressão, elegibilidade, fontes alternativas de informação, instituições que vinculem as políticas governamentais às eleições e manifestação de preferência. Mais uma vez, em termos de atitudes políticas, alguns desses critérios podem ser mensurados e classificados como dimensões da adesão à democracia. Os dois primeiros compõe uma segunda dimensão, chamada aqui de “*adesão à liberdade de expressão e organização*”, e que se refere à atitudes de apoio à liberdade de organização e mobilização política, assim como a de expressão, seja ela referente às ideias do próprio indivíduo, ou referente a organizações, como, por exemplo, a imprensa.

Desde a formulação clássica de Montesquieu a respeito dos “três poderes” e dos sistemas de “freios e contrapesos”, esse arcabouço institucional têm sido considerado um requisito fundamental do regime liberal. Embora oscilem em diferentes graus, o controle mútuo entre o Executivo, Legislativo e Judiciário é condição indispensável para a existência da democracia. Podemos derivar dessa condição uma outra importante dimensão das atitudes congruentes com a democracia: “*adesão ao princípio do limite dos poderes*”. Ela é particularmente importante no Brasil uma vez que existe aqui uma preponderância histórica do poder executivo sobre os demais poderes (Carvalho, 2001). Nesse caso, serão objetos de análise as atitudes dos indivíduos em relação a possíveis medidas autoritárias praticadas pelos líderes do Executivo frente às casas legislativas ou às cortes de justiça.

Uma última dimensão refere-se ao “**apoio à participação**”. Trata-se, nas linhas propostas por Seligson e Booth (2009), das atitudes de apoio às diversas formas de participação política dentro de um regime democrático, como as manifestações, o engajamento em organizações da sociedade civil e a participação em campanhas políticas. Diferente da dimensão comportamental, ela indica se os indivíduos aceitam ou não essas formas de participação política como próprias do jogo democrático.

É importante deixar claro, desde já, que nossa intenção não é observar a existência desses princípios de forma objetiva, mas sim de forma subjetiva, compreendendo como eles estão articulados nas crenças, valores e atitudes do cidadão comum (Booth & Seligson, 2009). Dito isto, a questão que se coloca é: em que medida os brasileiros apoiam ou não cada um desses princípios e, mais importante ainda, como eles estão organizados e inter-relacionados? Para lidar melhor com essas questões, e para avançar na nossa hipótese de

pesquisa, a próxima seção será dedicada a discussão do conceito de “sistema de crenças” e de “sofisticação política” a partir da categoria comportamento político.

### **“Sistema de crenças” e o conceito de sofisticação política**

Na seção anterior, propusemos trabalhar com adesão à democracia não mais como uma simples atitude, mas como um conjunto de atitudes vinculadas aos princípios subjacentes à democracia. Colocada nesses termos, é possível falar em um “sistema de crenças” que se torna o repositório dos valores que sustentam o regime.

Contudo, essa ideia não é nova. Na década de 1960, ao pesquisar o comportamento eleitoral nos EUA, Campbell, Converse, Miller e Stokes (1960) e, posteriormente, Converse (1964), usaram o conceito de “sistema de crenças” para descrever a forma como os eleitores organizavam suas atitudes a respeito do mundo político:

We define a belief system as a configuration of ideas and attitudes in which the elements are bound together by some form of constraint or functional interdependence (...) We depend implicitly upon such notions of constraint in judging, for example, that, if a person is opposed to the expansion of social security, he is probably a conservative and is probably opposed as well to any nationalization of private industries, federal aid to education, sharply progressive income taxation, and so forth (Converse, 2004, p. 240).

Partindo do pressuposto de que o sistema político nos EUA é definido, em termos ideológicos, como “liberal” ou “conservador”, Converse (1964) propõe que o sistema de crenças de um eleitor pode ser mais ou menos estruturado de acordo com a forma como as suas atitudes forem organizadas (se liberais ou conservadoras). Dito de outra maneira, a expectativa é que um cidadão que se diga liberal ou conservador tenha todas as suas demais atitudes regidas por essa posição ideológica, especialmente o seu voto.

Aplicando essa hipótese ao campo das atitudes políticas, podemos dizer que todo indivíduo que diz aderir à democracia carrega em si um “sistema de crenças democrático”. Então, da mesma forma que se pode esperar que um liberal tenha atitudes “liberais”, é razoável esperar que um democrata tenha atitudes “democráticas”. Tendo como referência os princípios e atitudes levantados na seção anterior, isso significa que um cidadão terá um sistema de crenças democrático estruturado quando for capaz de transformar os procedimentos em substância, efetivando as dimensões de participação, liberdade e tolerância. Do outro lado, os indivíduos que se comportam em desacordo com esses

princípios, mas dizem aderir à democracia, poderiam ser considerados como autoritários, uma vez que as suas crenças não se coadunam com as suas atitudes.

Mas o que garante um sistema de crenças estruturado? É nesse ponto que a “sofisticação política” ocupa uma posição central. Converse (1964) foi um dos pioneiros na análise deste tema ao postular que a sofisticação política é derivada da própria estrutura do sistema de crenças: quanto mais estruturado é o sistema de crenças de um eleitor, maior é a sua sofisticação política. Em sua visão, o que determina a sofisticação não é, necessariamente, o nível de conhecimento político do eleitor, mas sim o quanto as suas atitudes são coerentes com a sua posição ideológica.

Em que pese a inovação deste modelo, ele foi alvo de diversas críticas (Neuman, 1988). A mais importante delas, no entanto, diz respeito a centralidade dada às posições ideológicas na própria definição de sofisticação política. Segundo Kuklinski e Quirk (2002), o problema da elaboração teórica Converse (1964) é que ela não leva em consideração que um cidadão pode ser politicamente sofisticado sem, necessariamente, aderir a um ou a outro polo ideológico, especialmente, ao tomar posição nos assuntos da política:

For citizens to understand American politics must they hold ideological belief systems? It is hard to see why. A citizen can know what liberals and conservatives stand for without joining either side and even without merely compromising between them (Kuklinski e Quirk, 2002, 297).

A maior parte dos estudos posteriores a Converse endossaram essa crítica, admitindo a diferença entre o aspecto mais cognitivo da sofisticação política do que a sua dimensão ideológica. (Neuman, 1981). Diante disso, podemos definir a sofisticação política como a capacidade dos indivíduos de lidar com os objetos políticos. Como sugere Luskin (1990, p. 332), essas capacidades podem variar em tamanho, amplitude e em grau em que estão conectadas (constrangidas) umas as outras, de forma que: “*a person is politically sophisticated to the extent to which his or her political cognitions are numerous, cut a wide substantive swath, and are highly organized, or ‘constrained’*”.

Existem poucos estudos a respeito da relação entre a sofisticação política e as atitudes democráticas. Uma importante exceção é o estudo de Delli-Carpini e Keeter (1999). No seu livro, os autores demonstram que os cidadãos com maior sofisticação política têm atitudes e comportamentos políticos mais democráticos como, por exemplo, a tolerância e a participação política. Os mais sofisticados também possuem, de forma geral, atitudes mais

estáveis ao longo do tempo e uma maior capacidade de votar e dar a sua opiniões sobre diferentes assuntos de forma coerente com a sua posição ideológica.

Em pesquisa realizada no Brasil, Batista-Pereira (2013) fez uma análise muito similar a de Delli-Carpini e Keeter (1995), observando a opinião dos eleitores sobre uma série de perguntas que versavam sobre as formas de intervenção do Estado na economia e na sociedade. As respostas refletiam uma tendência mais de “esquerda” (maior intervenção, igualdade e participação) ou de “direita” (menor intervenção, eficiência e resultados). O resultado foi muito claro: os indivíduos com maior sofisticação política tiveram respostas mais coerentes, ou seja, se davam uma resposta típica de um eleitor de “esquerda” em uma pergunta, também davam em todas as outras. Nas palavras do autor:

Essas são evidências fortes de que a conexão entre as atitudes aumenta conforme o nível de sofisticação política do respondente. Isso quer dizer que os respondentes mais sofisticados, uma vez que se baseiam nos mesmos eixos de considerações para formarem seus julgamentos, tendem a apresentar atitudes ou posições políticas ideologicamente parecidas em diferentes questões. Por outro lado, respondentes menos sofisticados orientam-se com menor frequência com base em considerações de natureza política e produzem padrões de respostas mais idiossincráticos (Batista-Pereira, 2013, p. 304).

Diante dessas considerações, nossa hipótese é que os cidadãos mais sofisticados tenham atitudes mais democráticas do que os não sofisticados e de que essas atitudes sejam mais fortemente correlacionadas entre si, ou seja, mais “estruturadas”.

## **Dados de pesquisa e métodos**

Para investigar as questões levantadas nas seções anteriores, esse artigo irá trabalhar com os dados do Barômetro das Américas referentes ao Brasil no ano de 2006, organizado pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP)<sup>2</sup>.

Um primeiro passo importante é o de criar indicadores que representem os princípios democráticos no nível das atitudes dos indivíduos. Como dissemos anteriormente, o nosso interesse não é identificar de forma objetiva os níveis de participação, liberdade e tolerância política no Brasil, mas sim investigar na sua medição subjetiva como esses princípios estão enraizados nas crenças, valores e atitudes dos cidadãos. O Quadro 1, abaixo,

---

<sup>2</sup> Nesse ano foram entrevistadas 1.500 pessoas, todas selecionadas a partir de uma amostra probabilística estratificada em estágios múltiplos, e com seleção em proporção ao tamanho do local, garantindo, assim, uma amostra representativa. A margem de erro, com um intervalo de confiança de 95%, é de 2,5.

organiza todas as perguntas que foram utilizadas a partir do LAPOP para representar cada uma dos princípios democráticos que foram discutidos anteriormente.

**QUADRO 1 – Mensuração dos princípios democráticos**

Princípio	Pergunta do LAPOP	Construção
Adesão aos procedimentos de escolha	<p><b><i>Diante de desemprego muito alto:</i></b> (1) seria justificado que os militares tomassem o poder (2) Não se justificaria que os militares tomassem o poder.</p> <p><b><i>Diante de muita delinquência:</i></b> (1) seria justificado que os militares tomassem o poder (2) Não se justificaria que os militares tomassem o poder.</p> <p><b><i>Diante de inflação alta:</i></b> (1) seria justificado que os militares tomassem o poder (2) Não se justificaria que os militares tomassem o poder.</p> <p><b><i>Diante de muita corrupção:</i></b> (1) seria justificado que os militares tomassem o poder (2) Não se justificaria que os militares tomassem o poder</p>	Para cada resposta de que o golpe não é justificado foi atribuído um ponto (1). Em seguida as quatro variáveis foram somadas compondo um índice que vai de 0 a 4.
Adesão ao princípio do limite dos poderes	<p>O sr/sra acha que em alguma situação específica pode haver razão suficiente para que o <b><i>presidente feche o Congresso</i></b>, ou acha que não? (1) Sim (2) Não</p> <p>O sr/sra acha que em alguma situação específica pode haver razão suficiente para que o <b><i>presidente feche o STF</i></b>, ou acha que não? (1) Sim (2) Não</p>	Para cada resposta de que não há razão para a intervenção do presidente foi atribuído um ponto (1). Em seguida as quatro variáveis foram somadas compondo um índice que vai de 0 a 2.
Apoio à participação	<p>Quero que me diga o quanto o sr./sra. aprovaria ou desaprovava em uma escala de 1 a 10 em que 1 é desaprova fortemente e 10 é aprova fortemente as seguintes ações: <b><i>a participação de pessoas em manifestações permitidas por lei.</i></b></p> <p>Quero que me diga o quanto o sr./sra. aprovaria ou desaprovava em uma escala de 1 a 10 em que 1 é desaprova fortemente e 10 é aprova fortemente as seguintes ações: <b><i>a participação de pessoas em uma organização ou grupo para resolver os problemas das comunidades.</i></b></p>	As escalas foram recodificadas para variar de 0 a 9 e, posteriormente, somadas, compondo, dessa forma, uma escala que vai de 0 a 18
Adesão à liberdade de expressão e	Quero que me diga o quanto o sr./sra. aprovaria ou desaprovava em uma escala de 1 a 10 em que 1 é aprova fortemente e 10 é	As escalas foram recodificadas para variar de 0 a 9 e,



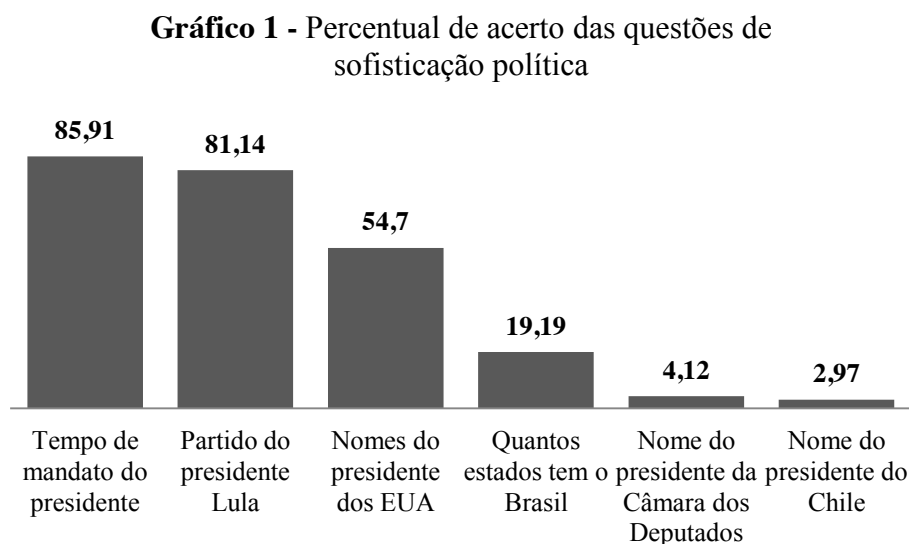
organização	<p>desaprova fortemente as seguintes ações: <b><i>Até que ponto aprova uma lei que proíba os protestos públicos?</i></b></p> <p>Quero que me diga o quanto o sr./sra. aprovaria ou desaprovava em uma escala de 1 a 10 em que 1 é aprova fortemente e 10 é desaprova fortemente as seguintes ações: <b><i>Até que ponto aprova ou desaprova uma lei que proíba reuniões de qualquer grupo que critique osistema político brasileiro ?</i></b></p>	posteriormente, somadas, compondo, dessa forma, uma escala que vai de 0 a 18
Valorização do voto	<p>O (a) senhor(a) acha que votar para <b><i>senador</i></b> é: muito importante, importante, pouco importante, ou não tem nenhuma importância?</p> <p>O (a) senhor(a) acha que votar para <b><i>deputado federal</i></b> é: muito importante, importante, pouco importante, ou não tem nenhuma importância?</p> <p>O (a) senhor(a) acha que votar para <b><i>deputado estadual</i></b> é: muito importante, importante, pouco importante, ou não tem nenhuma importância?</p> <p>O (a) senhor(a) acha que votar para <b><i>prefeito</i></b> é: muito importante, importante, pouco importante, ou não tem nenhuma importância?</p> <p>O (a) senhor(a) acha que votar para <b><i>governador</i></b> é: muito importante, importante, pouco importante, ou não tem nenhuma importância?</p> <p>O (a) senhor(a) acha que votar para <b><i>presidente</i></b> é: muito importante, importante, pouco importante, ou não tem nenhuma importância?</p>	Para cada respondente que disse que o voto era importante ou muito importante foi atribuído um ponto (1). Em seguida foram somadas as questões para cada cargo, formando uma escala que vai de 0 a 6.

Quanto a sofisticação política, existe um grande debate a respeito de qual sera a sua melhor forma de mensuração (Neuman, 1981, Luskin, 1990, Delli-Carpini & Keeter, 1995, Castro, 1994, Fuks & Batista-Pereira, 2011, Batista-Pereira, 2013). No presente artigo, vamos adotar a visão de autores como Luskin (1990), Delli-Carpini e Keeter (1995) e Batista-Pereira (2013) de que a sofisticação política pode ser medida a partir do conhecimento objetivo que os cidadãos têm sobre alguns fatos políticos relevantes.

As questões escolhidas podem ser mensuradas em termos de acerto e erro, já que não admitem múltiplas respostas, por dizerem respeito ao partido e tempo de mandato do presidente da república, a quantidade de estados que o país possui e o nome do presidente da Câmara dos Deputados. Como o *survey* em análise apresenta ainda algumas perguntas que mensuram o conhecimento que o indivíduo possui de política internacional - como o nome do

presidente do Chile e dos EUA - essas dimensões também foram incluídas, pois poderiam estar indicando um maior grau de sofisticação, dado o interesse em países com os quais o Brasil mantém relações - comerciais e políticas - importantes.

O Gráfico 1 mostra o percentual de acertos para todas essas questões:



FONTE: Barômetro das Américas, Brasil, 2006

Como se pode perceber, a grande maioria dos entrevistados conhece o tempo do mandato e o partido do presidente, no entanto desconhecem dimensões essenciais da vida política brasileira, como a quantidade de estados que o país possui e o nome do presidente da câmara de deputados. Do ponto de vista da política internacional, importa salientar que um percentual bastante substantivo de respondentes acertou a questão sobre o nome do presidente dos EUA, mas quase todos erraram o nome do presidente do Chile.

Considerando esse cenário, foi construída uma variável que soma os acertos a todas essas questões, formando, dessa forma, um índice de sofisticação política. Para as análises posteriores esse índice foi dividido em quartis, de modo que seja possível observar os resultados a partir dos diferentes níveis de sofisticação política.

### **3. Efeitos da sofisticação sobre o sistema de crenças democrático**

Do ponto de vista de teste da hipótese em questão - de que a adesão aos princípios fundantes da democracia pode estar informada pelo nível de sofisticação política que o indivíduo possui - foram calculadas as médias de adesão aos procedimentos de escolha, ao

princípio do limite dos poderes, da liberdade de expressão e organização, da valorização do voto e do apoio à participação. Os resultados são apresentados na Tabela 1.

**TABELA 1** - Média de de adesão aos princípios democráticos

	<b>Geral</b>	<b>1º Quartil</b>	<b>2º Quartil</b>	<b>3º Quartil</b>	<b>4º Quartil</b>
Procedimentos de escolha	7,03	6,67	6,85	7,14	7,57
Princípio do limite dos poderes	8,18	8,69	8,40	7,82	8,12
Liberdade de expressão	7,07	6,37	6,91	7,39	7,45
Apoio à participação	7,02	6,72	6,87	7,18	7,24
Valorização do voto	8,47	8,17	8,46	8,50	8,81

**FONTE:** Barômetro das Américas, Brasil, 2006

Os dados sumarizados na Tabela 1 dão algumas informações importantes. Em primeiro lugar, pode-se observar que, de forma geral, os princípios subjacentes à democracia têm uma aceitação alta entre os brasileiros. Em um score que varia de 0 a 10, a pontuação média geral é sempre maior do que 7. O mais importante, no entanto, é que quanto maior o grau de sofisticação política, isto é, ter acertado mais questões sobre política nacional e internacional e por isso estar nos quartis mais elevados da distribuição, maior o valor médio à adesão aos princípios da democracia. Assim como encontrado por Delli-Carpini e Keeter (1995) em sua pesquisa nos EUA, nossos dados confirmam a hipótese de que quanto maior a sofisticação política, maior os scores de atitudes políticas democráticas.

Nossa principal questão, no entanto, é saber em que grau essas atitudes estão conectadas de modo a formar um “sistema de crenças” democráticos mais coerentes. Mais uma vez, nossa hipótese é a de que a sofisticação política é uma variável chave nesse processo, sendo que os cidadãos politicamente mais sofisticados são aqueles que terão maior capacidade de estruturas as suas atitudes democráticas de forma coerente.

Para testar essa hipótese realizamos uma análise fatorial<sup>3</sup> a partir de uma matriz de correlação policórica<sup>4</sup>. A partir desse teste é possível observar o valor (carga fatorial) que cada uma das variáveis – que representam a adesão aos princípios democráticos – assume ao formar uma única dimensão (constructo). Valores elevados indicam uma forte correlação entre as variáveis e que elas formam uma única dimensão coerente e estruturada. Valores

<sup>3</sup> A análise foi gerada a partir do software estatístico Stata 12. Foi selecionado apenas um fator, partindo da suposição que cada uma dimensões da democracia deveria fazer parte de uma mesmo constructo.

<sup>4</sup> A análise de componentes principais utilizando correlação policórica permite a associação entre variáveis discretas considerando a sua natureza, neste caso ordinal. Esta é uma solução para evitar possíveis vieses ao considera-las como variáveis contínuas normalmente distribuídas (Kolenikov & Angeles, 2004).

baixos, por sua vez, mostram o contrário, ou seja, que existe pouca correlação entre as variáveis e que, portanto, elas não formam uma única constructo.

**TABELA 3** – Análise fatorial a partir da matriz de correlação policórica

	<b>Geral</b>	<b>1º Quartil</b>	<b>2º Quartil</b>	<b>3º Quartil</b>	<b>4º Quartil</b>
Procedimentos de escolha	0,506	0,510	0,549	0,390	0,641
Limite dos poderes	0,532	0,495	0,563	0,455	0,661
Liberdade de expressão	0,067	0,180	-0,023	0,139	0,016
Apoio à participação	0,184	0,227	0,055	0,333	0,077
Valorização do voto	0,294	0,189	0,265	0,371	0,374

FONTE: Barômetro das Américas, Brasil, 2006

Os resultados encontrados na Tabela 2 confirmam apenas em parte a hipótese. Podemos observar que, de modo geral, para as dimensões relacionadas ao procedimento de escolha, ao princípio do limites dos poderes e a valorização do voto, as cargas fatoriais são maiores no 4º Quartil, ou seja, entre os mais sofisticados. Esse aumento tende a ser linear, com a exceção do 3º Quartil que apresenta um padrão mais irregular. Isso revela que, no que tange a essas dimensões, os cidadãos mais sofisticados têm, de fato, um sistema de crenças democrático mais estruturado do que aqueles cidadãos não sofisticados.

Ocorre, no entanto, que mesmo entre os mais sofisticados as cargas fatoriais das dimensões de liberdade de expressão e de apoio à participação política são pequenas. Isso revela que essas duas dimensões da democracia mantêm uma baixa correlação com as demais, de forma que não é possível dizer que elas formam, em seu conjunto, um sistema de crenças democrático bem estruturado e consistente, de apenas um constructo.

### **Considerações Finais**

Os resultados preliminares aqui apresentados mostram a importância de uma visão multidimensional da adesão à democracia, assim como o papel da sofisticação política nesse processo. Vimos que a sofisticação aumenta as médias de adesão à democracia em praticamente todas as dimensões estudadas. Todavia, a forma como essas atitudes se relacionam é mais complexa. A sofisticação torna apenas algumas atitudes mais estruturadas, enquanto outras permanecem sem maiores correlações. Os próximos passos da pesquisa será, justamente, o de entender melhor a natureza desse fenômeno.

## Referências bibliográficas

- ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston: Little Brown, 1965.
- BOOTH, J.; SELIGSON, M. A. *The Legitimacy Puzzle in Latin America – Political Support and Democracy in Eight Nations*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- CARLIN, R. E.; SINGER, M. M. “Support for Polyarchy in the Americas.” *Comparative Political Studies*, vol. 44, nº 11, p. 1500-1526, 2011.
- CASTRO, M. M. M. “Determinantes do Comportamento Eleitoral: a centralidade da sofisticação política”. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, IUPERJ, 1994.
- DALTON, R. J. Political Support in Advanced Industrial Democracies. In: NORRIS, P. (Ed). *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford, NY: Oxford University Press, 1999.
- DAHL, R. A. *Poliarquia: Participação e oposição*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- DALTON, R. J. *Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies*. Oxford, NY: Oxford University Press, 2004.
- DELLI CARPINI, M.; KEETER, S. *What Americans Know About Politics and Why It Matters*. New Heaven: Yale University Press, 1996.
- EASTON, D. *A Systems Analysis of Political Life*. New York: John Wiley and Sons Inc, 1965.
- KLINGEMANN, H-D. Mapping Political Support in the 1990s: A Global Analysis. In: NORRIS, P. (Ed). *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford, NY: Oxford University Press, 1999.

KUKLINSKI, J.; QUIRK, P. “Conceptual Foundations of Citizen Competence”. *Political Behavior*, 23 (3), p. 285-311, 2002.

LINZ, J.; STEPAN, A. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.

LUSKIN, R. “Explaining Political Sophistication”. *Political Behavior*, 12 (4), p. 331-361, 1990.

MOISÉS, J. A. *Os Brasileiros e a Democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. “Cultura Política, Instituições e Democracia – lições da experiência brasileira”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, nº 66, p.11-44, 2008.

MOISÉS, J. A., CARNEIRO; G. P. “Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – O caso do Brasil.” *Opinião Pública*, vol. 14, nº 1, p. 1-42, 2008.

NEUMAN, W. R. “Differentiation and Integration: Two Dimensions of Political Thinking”. *The American Journal of Sociology*. 86 (6), p. 1236-1268, 1981.

NORRIS, P. *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1999.